



RESENHA

HOLOCAUSTO BRASILEIRO: UMA RESENHA SOB OLHAR DAS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS PERPETRADAS NO BRASIL DO SÉCULO XX

BRAZILIAN HOLOCAUST: A REVIEW FROM THE PERSPECTIVE OF HUMAN RIGHTS VIOLATIONS COMMITTED IN 20TH CENTURY BRAZIL

HOLOCAUSTO BRASILEÑO: UNA RESEÑA DESDE LA PERSPECTIVA DE LAS VIOLACIONES DE DERECHOS HUMANOS COMETIDAS EN EL BRASIL DEL SIGLO XX

LUZIA VITÓRIA CARREIRA DA SILVA ¹

Como citar este artigo:

SILVA, Luzia Vitória
Carreira da. Holocausto
brasileiro: uma resenha sob
olhar das violações de
direitos humanos
perpetradas no brasil do
século XX.

**Revista de Direito
Socioambiental - REDIS,**
Goiás – GO, Brasil,
v. 02, n. 02, jul./dez.
2024, p. I-IV.

Data da submissão:
09/11/2024

Data da aprovação:
09/11/2024

ARBEX, Daniela. Holocausto Brasileiro. São Paulo: Geração
Editorial; 2013.

Daniela Arbex é uma jornalista e documentarista brasileira. Formou-se em 1995 em Comunicação Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo iniciado a carreira no jornal Tribuna de Minas, do qual foi repórter especial por mais de duas décadas. Dedicada à defesa dos direitos humanos, tem sido reconhecida pelo seu trabalho como repórter investigativa. Na qualidade de escritora de Holocausto Brasileiro, recebeu os prêmios de Melhor Livro-Reportagem do Ano pela Associação Paulista de Críticos de Arte (2013) e segundo melhor Livro-Reportagem no Prêmio Jabuti (2014), contando com mais de 300 mil exemplares vendidos no Brasil e no mundo.

¹ Mestranda em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da PUC-Campinas. CV: <http://lattes.cnpq.br/5760844999090297>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3271-0758>.

Em “Holocausto Brasileiro”, Daniela Arbex imerge o leitor nas massivas violações de direitos humanos ocorridas no “Colônia”, o maior hospício do Brasil, localizado na cidade de Barbacena, em Minas Gerais.

Também denominado “Hospital Colônia”, o local foi palco de grandes atrocidades contra pessoas das mais diversas condições: pessoas com deficiência, prostitutas, pessoas que faziam consumo crônico de álcool, pessoas com epilepsia, pessoas LGBTQIAPN+, pessoas denominadas rebeldes, meninas cuja gravidez era indesejada, mulheres violentadas por seus patrões, filhas de fazendeiros que haviam perdido a virgindade antes do casamento, homens e mulheres com documentos extraviados, introvertidos, ou gente que se tornara incômoda para quem tinha mais poder. O que as unia? A infâmia. Eram pessoas que - por escolha de uma sociedade carregada de preconceitos - eram forçadamente excluídas do convívio social. Cerca de 70% dos pacientes não tinham diagnóstico de doença mental. Ao menos trinta e três eram crianças.

Primeiro, foi-lhes roubada a liberdade: eram enclausurados no “Colônia”, excluídos de qualquer possibilidade de livre arbítrio, era-lhes arrancado o direito de ir e vir. Depois, foi-lhes roubada a identidade: perderam seus nomes, foram rebatizados por funcionários do “Hospital”. Passavam por tanta violência, que já não sentiam mais o sentido da dignidade. E assim lhes foi roubada a vida.

Sessenta mil pacientes foram mortos, vítimas de todo tipo de violência: maus-tratos, desprezo, estupro. Morriam de frio, de fome, de doenças curáveis, de choque, de espancamento. Muitas vezes, a fome era satisfeita com ratos; a sede era saciada com água de esgoto ou urina. No frio da serra da Mantiqueira, viam-se nus, jogados ao relento e, por vezes, não sobreviviam. O intuito também era lucrativo: os corpos dos pacientes mortos (assassinados, pode-se afirmar) eram vendidos para faculdades de medicina. Quando o mercado de cadáveres ficou saturado, os corpos foram derretidos em ácido para se comercializar os ossos. Era a morte transformada em lucro.

As mulheres que engravidavam no Hospital Colônia eram forçadamente separadas de seus filhos: os bebês eram roubados e só se protegiam no ventre materno porque suas mães, grávidas, passavam fezes sobre a barriga, para não serem tocadas.

Assim como a interna Celita Maria da Conceição, ela passou as próprias fezes no corpo durante o período em que esteve grávida no hospital. Questionada sobre o ato repugnante, Sônia justificou: — Foi a única maneira que encontrei de ninguém machucar meu neném. Suja deste jeito, nenhum funcionário vai ter coragem de encostar a mão em mim. Assim, protejo meu filho que está na barriga (Arbex, 2013, p. 46/48).

O livro apresenta ao leitor as graves e massivas violações a direitos humanos ocorridas no Brasil numa triste página da história das instituições manicomiais, mas também registra fatos

históricos importantes para a compreensão de outras histórias de graves violações a direitos humanos mascaradas de políticas sanitárias, sendo central para a perspectiva da memória para a não repetição.

Compartilhar o sofrimento de Conceição Machado, Sueli Rezende, Silvio Savat, Sônia Maria da Costa, Luiz Pereira de Melo, Elza Maria do Carmo, Antônio Gomes da Silva e outros tantos brasileiros que resistiram ao nosso holocausto é uma maneira de manter o passado vivo. Tragédias como a do Colônia nos colocam frente a frente com a intolerância social que continua a produzir massacres: Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Favela da Chatuba são apenas novos nomes para velhas formas de extermínio. Ontem foram os judeus e os loucos, hoje os indesejáveis são os pobres, os negros, os dependentes químicos, e, com eles, temos o retorno das internações compulsórias temporárias. Será a reedição dos abusos sob a forma de política de saúde pública? (...) O fato é que a história do Colônia é a nossa história. Ela representa a vergonha da omissão coletiva que faz mais e mais vítimas no Brasil (Arbex, 2013, p. 232).

Durante os anos de 1923 a 1986, o Brasil criou, instalou e executou uma “política de profilaxia da lepra”, política tida como medida de “controle sanitário”, que se baseava em duas práticas: o isolamento compulsório de pacientes e a separação de pais e filhos.

A política era “legal”: contava com previsão expressa no Decreto 16.300/1923 e na Lei n. 610/1949, consistindo, porém, em práticas completamente ilegítimas, pois consumaram, do mesmo modo, violações massivas e graves a direitos humanos.

Pelos dizeres da lei, bastava que a pessoa fosse diagnosticada com a doença ou, ainda que curada, simplesmente apresentasse “lesões impressionantes de lepra”, e ela forçosamente seria levada a um hospital-colônia, também chamado de leprosário.

À semelhança do que foi levado a cabo no Hospital Colônia de Barbacena, as mulheres com hanseníase que engravidavam tinham seus bebês roubados, sequestrados pelo Estado e enviados a “educandários” ou “preventórios”, espécie de orfanatos de filhos de pais vivos (vivos, mas não livres).

O isolamento era forçado. Também o era o desencontro eterno entre pais e filhos.

A política de profilaxia da hanseníase do século XX no Brasil foi responsável por graves consequências para as vítimas, incluindo episódios de tortura, abuso sexual, privação ilegal da liberdade, castigos físicos e negligência estatal em relação à readaptação das pessoas afetadas para que pudessem viver com autonomia.

Em Betim, Minas Gerais, existem pessoas que, na infância, foram ensurdecidas por causa dos castigos recebidos nos educandários, como consta de registros constantes no documentário “Filhos separados pela injustiça” (2017).

Nos leprosários, em que pese à revogação dos instrumentos normativos que deram azo à tal política sanitária, ainda hoje residem pessoas afetadas pela hanseníase, que nunca obtiveram verdadeiras condições de retorno à vida social. São pessoas que tiveram roubados de si a liberdade, a identidade, o projeto de vida, seus sonhos.

“Holocausto Brasileiro” retrata e revela com maestria a indelével história da barbárie no Brasil, que, como Estado e como sociedade, produziu corpos despersonalizados, ontologizou humanos que foram tratados como coisas, sem qualquer senso de humanidade, sobre cujos corpos o Estado determinou enclausuramento, cárcere e morte.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial; 2013.

FILHOS Separados pela Injustiça. Direção e roteiro por Elizabete Martins Campos. Produção por Thiago Pereira da Silva Flores. Betim: **IT Filmes, Comunicação e Entretenimento**, 2017. Documentário – 1 DVD (20m43s), som, cor.

Direitos autorais 2024 – Revista de Direito Socioambiental – ReDis (UEG)

Editores responsáveis: Thiago Henrique Costa Silva e Isabella Christina da Mota Bolfarini.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.